

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS
APLICADAS
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

THÉO BRASILINO

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL FRENTE À PRESENÇA DE
ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES COMUNITÁRIAS NO
BAIRRO DA ILHA DO BISPO EM JOÃO PESSOA-PB**

**João Pessoa – PB
2012**

THÉO BRASILINO

PERCEPÇÃO AMBIENTAL FRENTE À PRESENÇA DE ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES COMUNITÁRIAS NO BAIRRO DA ILHA DO BISPO EM JOÃO PESSOA-PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas

Orientador: Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa

**João Pessoa – PB
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

B823d Brasilino, Théo.
Percepção ambiental frente à presença de associações e entidades comunitárias no bairro da Ilha do Bispo, em João Pessoa - PB / Théo Brasilino. – 2012.
48f. : il.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Ciências Biológicas, 2012.
“Orientação: Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa, Curso de Ciências Biológicas”.

1. Educação ambiental 2. Percepção ambiental. 3. Associações comunitárias. I. Título.

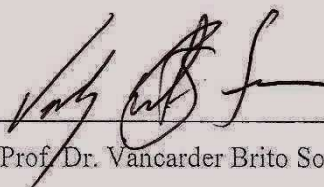
21. ed. CDD 372.357

THÉO BRASILINO

PERCEPÇÃO AMBIENTAL FRENTE À PRESENÇA DE ASSOCIAÇÕES E
ENTIDADES COMUNITÁRIAS NO BAIRRO DA ILHA DO BISPO EM JOÃO
PESSOA-PB

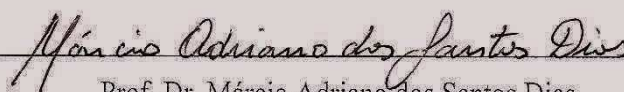
Aprovado em 23 de 11 de 12

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vancarder Brito Sousa

Orientador



Prof. Dr. Márcio Adriano dos Santos Dias

Examinador



Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Atender a tão grandiosa responsabilidade de desenvolver um trabalho como este e não se sentir impelido a agradecer a todos que, direta e indiretamente, contribuíram para que fosse feito o melhor nessas páginas é querer demais. Isto porque parte deste trabalho se fez também enquanto inspiração. Aproveito, então para agradecer àqueles que me inspiraram, com seus exemplos e palavras, nessa jornada.

A princípio, gostaria de agradecer ao meu orientador, por ter se prestado a tão laborioso trabalho de lidar comigo. Sei que foi difícil de fazê-lo, devido a minha personalidade e ao constante fluxo de questionamentos e indagações que surgiram com o desenvolver da pesquisa. Obrigado, sobretudo, por me escutar e por ser tão maleável em tentar compreender tantas idéias - muitas vezes desconexas e meio sem sentido -. De certa forma, creio, estas coisas devem fazer parte do trabalho de orientar. E o fizeste bem!

A seguir, gostaria de agradecer aos membros da banca pela aceitação do trabalho. Imagino que tipo de coisas deve ter passado pelas suas cabeças, ao ler este documento. Acredito que, assim como várias das pessoas que passaram por minha vida, colocastes um voto de confiança em mim. Apesar de não saber o porquê deste tipo de confiança, meus sinceros agradecimentos. Espero, com o desenvolver da minha vida acadêmica, poder agradecer o gesto, me esforçando e melhorando minha visão acerca de temáticas por mim escolhidas.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos e familiares. Suas vozes ainda me encorajam a seguir em frente. E suas reclamações e insatisfações, referentes à minha pessoa, produziram o efeito de fazer-me ser o que sou hoje.

Meu muito obrigado!

PERCEPÇÃO AMBIENTAL FRENTE À PRESENÇA DE ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES COMUNITÁRIAS NO BAIRRO DA ILHA DO BISPO EM JOÃO PESSOA-PB

Autor

Théo Brasilino – Bacherelado em Ciências Biológicas/CCBSA/UEPB

Orientador

Vancarder Brito Sousa/CB/CCBSA/UEPB

Examinadores

Márcio Adriano dos Santos Dias /CB/CCBSA/UEPB

Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo/CB/CCBSA/UEPB

Resumo

Esta pesquisa objetivou analisar a influência das entidades e associações comunitárias na compreensão ambiental, observando a sua importância para caracterizar a influência dos espaços informais de ensino na formação ambiental dos moradores de um bairro. Desta forma, foram aplicados questionários e entrevistas quali-quantitativos, a partir de uma perspectiva fenomenológica da percepção ambiental (caracterizada pela reflexão da existência para si do meio ambiente), procurando evidenciar a influência das entidades e associações comunitárias no entendimento ambientalista dos moradores e analisando a participação dos entrevistados com a percepção ambiental e percepção acerca da educação ambiental dos mesmos. Este trabalho visou interrogar sobre a importância das organizações comunitárias da Ilha do Bispo, sendo observado na pesquisa que, para 92% dos entrevistados, as organizações do bairro são muito importantes à Ilha do Bispo. Foi constatado que 44% dos problemas citados pelos moradores referentes ao bairro apresentavam em sua temática problemas ambientais, fazendo refletir na importância das ações ambientais para os moradores. Observou-se também que as percepções acerca da educação ambiental na Ilha do Bispo têm uma grande relação com a vida dos próprios moradores, fazendo com que se especule sobre a possibilidade das ações de educação ambiental terem grande força quando aliam fatores do bairro em sua análise. Desta forma, a educação ambiental foi considerada importante, de acordo com os moradores, para fazer com que a população se conscientize acerca dos efeitos de certos problemas urbanos existentes na região, como problemas de infra-estrutura, saneamento e poluição do ar, entre outros. Entretanto, esta análise se mostrou preocupante, pelo simples fato do engajamento ambientalista ter que fazer uso tanto de problemas locais no processo de conscientização de suas ações, como de uma mais global, referente a movimentos ambientalistas em outras regiões da cidade, estado ou até mesmo do país. Com isto, observa-se que há muito ainda por fazer na Ilha do Bispo, mas, apesar disto, é notória a importância das entidades no desenvolvimento ambientalista da região.

Palavras-chave: Educação ambiental, percepção ambiental, organizações de bairro, Ilha do Bispo

ENVIRONMENTAL AWARENESS IN FACING THE PRESENCE OF COMMUNITY ASSOCIATIONS AND ENTITIES IN THE NEIGHBORHOOD OF ILHA DO BISPO IN JOÃO PESSOA-PB

Author

Théo Brasilino – Bacherelado em Ciências Biológicas/CCBSA/UEPB

Advisor

Vancarder Brito Sousa/CB/CCBSA/UEPB

Examiners

Márcio Adriano dos Santos Dias /CB/CCBSA/UEPB

Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira de Araújo/CB/CCBSA/UEPB

Abstract

This study aimed to analyze the influence of organizations and community associations in environmental understanding, noting its importance to characterize the influence of informal spaces of study in environmental formation of residents in a neighborhood. Thus, questionnaires and interviews were applied qualitative and quantitative, from a phenomenological perspective of environmental perception (characterized by reflection around the existence of the environment for themselves), seeking to demonstrate the influence of organizations and community associations in environmental understanding and analyzing the residents' share of respondents with environmental awareness and perception of the environmental education of the same. With that, this study aimed to examine the importance of community organizations on the Ilha do Bispo, being observed in the survey that 92% of respondents, neighborhood organizations are very important to the Ilha do Bispo. It was found that 44% of the problems cited by the residents regarding the district had in its thematic environmental problems, making reflect on the importance of environmental actions for residents. It was also observed that perceptions of environmental education at Ilha do Bispo have a great relationship with the lives of the residents, causing them to speculate about the possibility of environmental education have great strength when the neighborhood combine factors in his analysis . Thus, environmental education was considered important, according to the residents, to make the population aware of the effects of certain urban problems in the region, such as problems of infrastructure, sanitation and air pollution, among other. However, this analysis proved worrisome simply because engagement environmentalist have to make use of both local problems in the process of becoming aware of their actions, as a global, referring to environmental movements in other parts of the city, state or even the country. With this, it is observed that there is still much to do on the Ilha do Bispo, but despite this, it is evident the importance of environmental organizations in the development of the region.

Keywords: environmental education, environmental perception, neighborhood organizations, Ilha do Bispo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Lixo próximo ao mangue.....	13
Quadro 2. Lixo próximo ao mangue. No fundo, observa-se também uma moradora que tem uma pequena criação de porcos.....	13
Quadro 3. Criança brincando próximo ao lixo.....	13
Quadro 4. Rua sem calçamento.....	14
Quadro 5. Esgoto não tapado.....	14
Quadro 6. Água de esgoto próximo às casas.....	15
Quadro7. Fábrica CIMPOR.....	15

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos entrevistados.....	32
Gráfico 2 – Renda familiar dos entrevistados.....	32
Gráfico 3 – Escolas freqüentadas pelos familiares mais próximos.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolaridade dos entrevistados.....	33
--	----

Sumário

1.INTRODUÇÃO	10
2.REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
3. JUSTIFICATIVA	28
4. METODOLOGIA	29
5. OBJETIVO	31
5.1 OBJETIVO GERAL.....	31
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	31
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	32
7. CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE.....	46

1.INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco a análise da percepção ambiental de moradores residentes no bairro Ilha do Bispo, na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Para tanto, avaliou-se em que medida a participação em projetos sociais é relevante para a caracterização do entendimento ambiental da população. Desta forma, este estudo também visa caracterizar a efetividade dos projetos comunitários no bairro.

Para tanto, foram aplicados questionários e entrevistas com os moradores, sob uma perspectiva quali-quantitativa, exploratória, descritiva e analítica. Os mesmos foram montados de forma a atender a uma dimensão fenomenológica da realidade, tendo, como principal objetivo, caracterizar a percepção ambiental dos moradores de forma a captar as diversas representações do meio e relacioná-las com a participação em projetos ou em eventos comunitários.

Desta maneira, este trabalho visa testar a hipótese de que a presença das entidades comunitárias favorecerá a um melhor entendimento ambientalista da população assistida, no sentido de incentivar a pró-atividade entre os moradores. Procura ressaltar, no mesmo, a importância relacionada às ações do bairro e de que modo essas ações influem na construção de cidadãos mais conscientes de seus direitos, entendendo ser essa postura essencial no processo de conquistas socioambientais.

Observar a interação da população em ações diversas das entidades comunitárias e relacionar aquela com a percepção ambiental dos moradores pode auxiliar o desenvolvimento de novos trabalhos que versem sobre a importância da educação não-formal na formação dos moradores, já que, de acordo com Jacobi (2003) a maioria das pesquisas relaciona-se com ações dentro do ambiente formal de ensino.

Além do mais, como observou Burgos (2002), boa parte dos trabalhos que abordam comunidades trazem, em sua temática, a evidência do tema violência urbana, fazendo com que temas que foquem ações comunitárias e favoreçam a emancipação dos moradores em face do sistema-favela, dentro de um modelo de associativismo e de mobilização popular, sejam abordados em segundo plano.

Esta visão é reforçada por autoras como Penha et. all. (2006), que informa ser necessário, para alguns setores das comunidades populares, conquistarem seu

espaço de forma positiva, retirando o foco até então à violência e voltando a atenção a aspectos atualmente esquecidos pela sociedade, como a união entre vizinhos, a receptividade com visitantes, a ação solidária dos mutirões, as festas de igreja que auxiliam na recepção dos recém-chegados, entre outros.

Segundo a autora, o abandono do estigma negativo que caracterizam estas comunidades populares não maquiaria os problemas nela existentes, mas daria visibilidade às características esquecidas por aqueles que escrevem a seu respeito (jornalistas, sociólogos, médicos sanitaristas, engenheiros e técnicos de segurança pública), auxiliando na divulgação de valores culturais e saberes de sua população.

Considerado como um dos bairros mais antigos da capital (TINEM, CARVALHO & MARTINS, 2005), a Ilha do Bispo possui, atualmente, 6.139 habitantes (IBGE, 2010). O bairro apresenta um conjunto de três vias principais: a Avenida Redenção, a Rua Lopo Garro e a Rua Carneiro de Campos. A Avenida Redenção e a Rua Carneiro de Campos são perpendiculares às ruas Alfredo Portela, Cícero Moura e à Rua Senhor do Bonfim. A Rua Lopo Garro, por sua vez, é cortada pelas Travessas Lopo Garro e Redenção. Compõe o bairro, ainda, a Via Oeste, que separa a área residencial da industrial, a Fábrica de Cimento (CIMPOR¹), a Praça Índio Piragibe, a Mata da Graça e o Cemitério da Boa Sentença.

Na Ilha do Bispo, a população participa das atividades ligadas à educação ambiental elaboradas pela Associação de moradores (Conselho Comunitário da Povoação Índio Piragibe) e pela ONG ARCA (Associação Recreativa, Cultural e Artística). Outras atividades relacionadas à projetos de educação ambiental são desenvolvidas pelos Amiguinhos do Meio Ambiente (projeto comunitário desenvolvido com o apoio da CIMPOR, com o objetivo de expor conceitos ecológicos a partir de práticas educativas) e pelos universitários do 'Com Ciência'², os quais, juntos, implantam projetos socio-ambientais para realçar a aprendizagem e auxiliar na formulação de questionamentos que se relacionem com a prática ambiental e cidadania.

A Ilha do Bispo é caracterizada por ser uma área insular, a qual teve sua área modificada por constantes aterros ao mangue, utilizados para a construção de casas ou simplesmente para se livrar da lama (KOURY, 2005). Como consequência destes

¹ Cimentos de Portugal

² Projeto desenvolvido por alunos da UEPB, tendo como didática a exposição de aulas e dinâmicas que visem a análise de conteúdos dentro do contexto da educação ambiental

aterros, e da subsequente substituição destes por casas e superfícies impermeáveis, que impedem a infiltração da água nos solos, houve, na Ilha do Bispo, a formação de um contínuo de terra ligando a ilha ao continente, fato que fez com que se alterasse a característica insular do bairro e favorecesse o escoamento superficial das águas, a concentração de enxurradas e a ocorrência de ondas de cheias, aumentando, devido à constante utilização da área pelos moradores, a frequência e magnitude das enchentes.

Desta maneira, observa-se na Ilha do Bispo que o afluente do Rio Sanhauá foi praticamente extinto pelos aterros, modificando a feição espacial do bairro, de um lado apresentando moradias de baixa renda na ocupação do Mangue Seco sobre a área aterrada para a construção da Avenida Liberdade e, de outro, modificando ou destruindo edificações antigas do bairro, como a Igreja Nosso Senhor do Bonfim (KOURY, 2011).

Analisando a partir de contexto mais amplo, a ocupação de áreas próximas de mangues em todo o Brasil é feita, na maioria dos casos, de forma inadequada, fazendo uso de material tanto exógeno como do próprio mangue para a construção de espaços que sirvam de apoio para o desenvolvimento urbano na região. Madruga (2002) ressalta em seu trabalho que esta forma de expansão urbana é feita, preferencialmente, com o auxílio da prática do aterro sendo a escolha por utilização de lama do mangue, em alguns casos, devido principalmente ao fato desta ser compactada e mais difícil de ser erodida pela força da maré.

Outro fato que corrobora para a ocorrência de inundações é a construção de casas ou de superfícies impermeáveis em locais de aterros, visto que dificulta a infiltração da água nos solos, favorecendo o escoamento superficial, a concentração de enxurradas e a ocorrência de ondas de cheias, aumentando a frequência e magnitude das enchentes. Tucci (apud SANTOS, 2007) ressalta este ponto ao citar casos de obstruções ao escoamento, como a construção de aterros e pontes de drenagens inadequadas, que dificultam a infiltração da água por causa da construção de superfícies impermeáveis e rede de condutos de escoamentos impróprios, promotores de enchentes.

Vários problemas ambientais afetam, portanto, a região, a qual é fortemente caracterizada pelo descaso de muitos de seus habitantes frente à problemática ambiental. Um dos mais significativos problemas da região remete ao fato de não haver, por parte da população, um cuidado efetivo com questões como o ato de não

jogar lixo no chão. Além do mais, foi observado, através desta pesquisa, que algumas pessoas costumam jogar lixo no mangue, ou até mesmo queimar o lixo (Quadro 1 e 2).

Quadro 1. Lixo próximo ao mangue



Fonte: pesquisa direta

Quadro 2. Lixo próximo ao mangue. No fundo, observa-se também uma moradora que tem uma pequena criação de porcos



Fonte: pesquisa direta

Somando-se a este fato, observa-se que, enquanto os resíduos não são recolhidos pela empresa coletora, crianças e adolescentes descalços vasculham, com as mãos despidas, qualquer objeto que lhes julgue útil, apresentando, desta maneira, um risco sério de contaminação, devido ao contato próximo do lixo. Este fato está presente tanto na Ilha do Bispo (Quadro 3), como no Alto do Mateus, de

acordo com o trabalho de Brito (2007).

Quadro 3. Criança brincando próximo ao lixo



Fonte: pesquisa direta

No que se refere às ações voltadas para políticas públicas, foi observado que muitas das ruas, além de não terem calçamento, não tinham parte de seus bueiros e canos de esgoto tapados, fazendo com que, na ocorrência de chuvas, os resíduos acumulados se transformem em prejuízos à comunidade (Quadro 4, Quadro 5 e Quadro 6).

Quadro 4. Rua sem calçamento



Fonte: pesquisa direta

Quadro 5. Esgoto não tapado



Fonte: pesquisa direta

Quadro 6. Água de esgoto próximo às casas



Fonte: pesquisa direta

Observou-se que a fábrica CIMPOR (Quadro 7), apesar de em menor escala que em tempos passados, ainda continua, de acordo com o depoimento de alguns moradores, a poluir o ar com resíduos industriais, devido principalmente a falhas nos filtros em reter poeira, o que ocasionalmente ocorre. Isto fez com que alguns relatassem que, no teto de suas moradias, se acumula poeira por causa das atividades da fábrica, além de serem constatados depoimentos que apontam haver doenças associadas a problemas respiratórios no bairro.

Quadro 7. Fábrica CIMPOR



Fonte: pesquisa direta

Desta maneira, os relatos dos moradores acabam por reforçar os dados de Cavalcanti (2012), o qual afirma que a Ilha do Bispo é um dos bairros de João

Pessoa que apresenta maior índice de pneumonia em lactantes, apresentando, como justificativa a esta ocorrência, o fato da população do bairro apresentar menor poder aquisitivo, viver em condições precárias de infraestrutura e pela região ser próxima a fábricas poluidoras, facilitando a ingestão de substâncias químicas pelos moradores.

De acordo com Madruga (2002), devido aos constantes aterros que foram feitos na região, o lençol freático aumentou e não tornou possível a existência de fossas sépticas, fazendo com que todo esgotamento sanitário fosse jogado ao mangue de forma muito precária.

De acordo com Barreto et. all. (2007, p. 5):

Assim, do ponto de vista ambiental e de saúde pública, o lançamento de esgoto doméstico no estuário do rio Sanhauá é um fato de extrema gravidade e requer a adoção de medidas de controle corretivo. O destino impróprio dos esgotos além dos problemas já citados anteriormente agride o meio ambiente, polui o solo e freqüentemente passam a escoar a céu aberto constituindo em perigosos focos de disseminação de doenças.

Desta maneira, observa-se que, com o infortúnio aumento da poluição no estuário do rio Sanhauá, devido o lançamento de resíduos domésticos e industriais, acumulou-se problemas tanto para comunidades do entorno, como doenças, a exemplo da leptospirose e de diversas verminoses; como para espécies que vivem no mangue, como o caranguejo uçá, que foi considerado extinto, de acordo com depoimentos dos moradores do Alto do Mateus (BRITO, 2007).

Partindo de um ponto de vista mais amplo, observa-se que o início da intensificação do processo de degradação ambiental é decorrente principalmente do advento da Revolução Industrial, a qual fez com que a expansão da capacidade produtiva provocasse uma utilização crescente dos recursos naturais e a geração de enormes quantidades de resíduos industriais, maximizando significativamente os problemas entre o homem e o ambiente.

De acordo com Belo (2009), as primeiras teorias que propunham questionar a visão sobre os padrões de acesso e uso dos recursos naturais estão intimamente relacionadas ao pensamento economicista, o qual afirma ser a modernização progressiva, auxiliada pelo uso de novas tecnologias e diminuição do Estado na regulação ambiental, aquilo que promoveria melhorias na qualidade de vida ambiental e social, favorecendo a colocação de uma ideologia que faz do mercado

uma instância capaz de solucionar problemas ambientais, quando aliado às “instituições da modernidade”. Isto fez com que se solucionassem os problemas entorno da economia ambiental, já que os recursos e serviços ambientais eram vistos como externalidade ao modelo econômico, uma vez que não eram incorporados a sua lógica.

Observou-se, entretanto, com o passar do tempo, a necessidade de se aplicar, em projetos de Educação Ambiental na Educação Informal e na Formal, de um modelo que venha contrapor a visão moderna e economicista da natureza referente aos problemas ambientais, de uma maneira de ensino voltada para a formação crítica e histórica dos fatos, relacionando educação, sociedade, trabalho e natureza (CAVALHEIRO, 2008).

Segundo Jacobi (2003), o grande salto de qualidade de ensino, em relação à educação ambiental, tem sido feito por ONG's³ e organizações comunitárias, tidas como espaços não-formais de ensino, já que as mesmas favorecem o desenvolvimento de práticas inovadoras de ensino, preocupadas em incrementar a co-responsabilidade das pessoas em todas as faixas etárias e grupos sociais, desenvolvendo cidadãos comprometidos com a defesa da vida.

A importância das associações de bairro e ONG's na Ilha do Bispo refletem tanto o poder para a transformação educacional no bairro, como também no processo de conquistas sociais. Um exemplo disso aconteceu em 2011, em que algumas ações se direcionaram para a resolução de alguns problemas do bairro, a exemplo da gravidade dos problemas associados às construções irregulares na Ilha do Bispo e do histórico de violência associado ao bairro.

Com o apoio das lideranças comunitárias, a prefeitura de João Pessoa, através do programa Pró-Moradia, tem viabilizado recursos para a requalificação da área próxima ao mangue, incluindo a recomposição da várzea do rio, transferindo as famílias que se encontram nas margens para uma área receptora, no mesmo bairro, cujo projeto habitacional é verticalizado. Para tornar viável esta empreitada, a população também contou com a atuação de um Núcleo Policial no bairro, contribuindo para diminuir cerca de 80% os casos de violência no bairro, segundo dados do projeto “PAC Vale do Sanhauá/ Ilha do Bispo”, fazendo com que tornasse mais fácil a implantação do projeto habitacional na região (SANTOS, 2012).

³ Organizações Não- Governamentais

Entretanto, observa-se também que, apesar dos benefícios prometidos pela intervenção no bairro, há um forte receio dos moradores sobre quem serão os beneficiados com o projeto habitacional do bairro, haja vista haver a possibilidade de que as moradias sejam destinadas a habitantes de outros bairros, fazendo com que se crie um sentimento de insegurança em relação ao destino das casas das casas e das pessoas da Ilha do Bispo que necessitam do auxílio (KOURY, 2011).

É ressaltado, ainda, a importância das entidades comunitárias e de ONG's na promoção de ações que visem a melhoria das condições de vida da população (SANTOS, 2012). A presença destas representações, com isto, reforça o poder do bairro na reivindicação de direitos sociais, ambientais, políticos e econômicos, demonstrando haver legitimidade nas ações do bairro.

Com isto, observa-se que este trabalho tem sua relevância por discutir a problemática ambiental da Ilha do Bispo, tomando como base a percepção ambiental dos moradores do bairro e relacionando esta com a presença de entidades e associações do bairro.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo dados do UNICEF (2009, p. 106), o crescimento das desigualdades socioeconômicas, no Brasil:

Se manifesta de forma clara na lógica da ocupação espacial dos territórios urbanos. As populações vulneráveis se concentram, em grande medida, em comunidades marcadas pela falta de estruturas básicas, como saneamento, pavimentação, iluminação pública, áreas de lazer e limpeza urbana, bem como pela dificuldade de acesso à educação de qualidade, a serviços de saúde, segurança e lazer adequados

A falta de investimentos na comunidade da Ilha do Bispo, expressos pela gravidade de alguns dos problemas citados acima, é reflexo do processo de crescimento urbano brasileiro, tendo como característica marcante a prevalência de um padrão periférico, ou seja, o crescimento sem o intermédio de determinações ou projetos articulados, fazendo com que a precariedade e a clandestinidade sejam marcantes na construção destes espaços.

Desta maneira, temos que

A significativa concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras tem como expressão um espaço *dual*: de um lado, a *cidade formal*, que concentra os investimentos públicos e, de outro, o seu contraponto absoluto, a *cidade informal* relegada dos benefícios equivalentes e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, exacerbando as diferenças socioambientais. A *precariedade* e a *ilegalidade* são seus componentes genéticos e contribuem para a formação de espaços urbanos sem atributos de urbanidade. (Grostein, 2001, p. 14)

A carência de assistência pública na formação do espaço, por sua vez, faz crescer o papel da cidade formal na construção dos anseios referentes à comunidade popular (MADRUGA, 2002). Estes caracterizam-se, segundo a autora, tanto pela vontade de consumo - dado a crescente necessidade de adquirir bens diversos, como eletrodomésticos, aparelhos de som, etc -, como pela maior acessibilidade aos serviços públicos de educação e saúde.

Isto faz com que os moradores da comunidade popular fiquem “integrados à cidade formal, tanto econômica, quanto cultural e politicamente”, sugerindo, desta maneira, uma forte dependência de “facilitadores de acesso à cidade formal”, a qual é principalmente favorecida pela conexão formada entre habitantes do bairro e a associação de moradores, que auxilia na formação de uma identidade coletiva capaz

de negociar no espaço público seu acesso aos direitos sociais como saúde, educação e urbanização, fazendo muitas vezes com que a comunidade proteja parte de seus habitantes do “abismo da miséria completa” (BURGOS, 2002).

Observa-se, desta maneira, que a presença das organizações de bairro na comunidade auxiliaria no processo de abandono do estigma negativo da mesma, abordado no trabalho de Penha (2006), retirando o crédito de espaço violento, incapaz de produzir algo positivo, e reforçando um olhar direcionado a fatores positivos e agregadores, voltados à harmonização e integração com a cidade.

De acordo com Belo (2009), ao contrário do que propunham as primeiras teorias que visavam questionar os padrões de acesso e uso dos recursos naturais (teorias economicistas), atualmente observa-se que, em decorrência da dinâmica de acumulação capitalista, há, dentro do espaço urbano, uma desigual alocação de recursos e de efeitos negativos provocados pelos padrões de industrialização, fazendo com que a questão ambiental incorpore, em suas articulações, as lutas pela justiça social, fazendo com que as opressões de classe, gênero e raça fossem também responsáveis pelas injustiças ambientais.

Esta maneira de pensar a relação entre homem e natureza é muito diferente da inicialmente proposta para tratar da sustentabilidade (modelo economicista), a qual auxiliou para fazer com que o poder relativo aos saberes pessoais, valores culturais e referentes à subjetividade que normatiza a qualidade de vida e o sentido da existência humana ficassem submissos à decisão dos mecanismos de mercado, aos aparatos do Estado e às verdades científicas descompromissadas com os processos humanos.

Assim, durante muito tempo a sociedade firmou uma tendência ao desequilíbrio ambiental, fato este reforçado pelo modelo de civilização moderno, que, segundo Cazoto (2008), favorece o desperdício de energia e desestabilização das condições de equilíbrio por razões de ordem biológica, social, política, cultural e econômica.

Desta maneira, tem-se que modelo de civilização atual é muito favorecido pela análise conservacionista dada às questões ambientais, a qual se baseia num método biologicista e simplista da realidade, apresentando uma visão fechada e objetiva acerca da problemática ambiental. De acordo com Cavalheiro (2008), a educação ambiental, quando apoiada por tais valores, dá ênfase à proteção de espécies em perigo de extinção e de recursos não renováveis, tendo sempre em

vista evitar seu esgotamento e tratando sempre a natureza como algo a ser administrado pelos seres humanos.

Esta forma de criar saberes frente à problemática ambiental acaba por dificultar a disseminação de valores que efetivamente venham a causar resultados positivos, no que diz respeito a resolução dos males causados pela ação predatória do homem, já que, segundo Jacobi (2007), ela faz com que se perca o foco das verdadeiras causas das atividades impactantes ao meio ambiente, as quais podem ser atribuídas principalmente às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade.

De acordo com dados do trabalho de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, apresentado no Fórum Global da Rio-92, a educação ambiental, além de ser um direito de todos, deve ser apresentada de maneira crítica e inovadora em qualquer tempo ou lugar, tanto no seu modo formal como no informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade (JACOBI, 2003; SATO & SANTOS apud PEREIRA et. al., 2006).

Com isso, a educação ambiental deve integrar diferentes tipos de transmissão de conhecimentos, para muito além do formato de educação escolar: deve vir integrado, dentro do sistema educacional, a possibilidade de construção de conhecimentos que ultrapasse as instituições de ensino, para que assim possa ser vista como um agente capaz de proporcionar mudança social.

A educação ambiental tem também o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações, integrando conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, fazendo com que cada oportunidade seja convertida em experiências educativas de sociedades sustentáveis (JACOBI, 2003; LOUREIRO, 2004).

Desta maneira, tem-se que a idéia de que a prática sustentável deva estar atrelada ao respeito para com as manifestações sociais, culturais e artísticas de uma região, fazendo com que a construção das ações ambientalistas tenha valor social, formando uma ponte para a construção de uma sociedade sustentável. Isto sugere à prática, de acordo com Jacobi (2003), um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos.

Observa-se, de acordo com o mesmo autor, que é cada vez mais requerido que a sociedade esteja motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental,

sendo capaz de questionar, de forma concreta, os direcionamentos das ações públicas. Isto faz com que a população mais afetada por constantes e crescentes agravos ambientais consiga galgar alternativas diversificadas de democracia participativa, garantindo o acesso à informação e abrindo canais para uma participação plural, fazendo com que se proponha uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental.

Considerando este fato, e vendo as possíveis implicações do descaso, frente a problemática ambiental por parte dos moradores, é que se faz necessário uma análise de como se delinea a percepção ambiental entre os moradores da comunidade e de como esta percepção pode se correlacionar com as ações comunitárias na região.

Além do mais, tem-se que a atuação de práticas educativas não-formais na construção de um entendimento ambiental é extremamente importante, pois, como bem informa Felizola (2007), este tipo de ensino, por ser direcionado especificamente à comunidade, acaba por abranger uma diversidade enorme de propostas cabíveis, como por exemplo a ação isolada em bairros com crianças e adolescentes, atividades junto com trabalhadores da construção civil, entre outras.

Autores como Sen (2000) e Costa (2008) reforçam o pensamento acima, informando que a atuação das ONG's e organizações comunitárias, a partir de intervenções coordenadas pelas entidades em conjunto com os próprios cidadãos (intervenções participativas), auxiliariam na quebra do paradigma conservacionista, criando um conceito de desenvolvimento que vai além da idéia de "modernização e progresso" – que tem o crescimento econômico, fundamentado a partir de dados financeiros, como principais indicadores de qualidade de vida – fazendo com que se favoreça a elaboração de uma idéia de desenvolvimento fundamentado na melhoria da vida que se leva, ou seja, no suprimento das necessidades básicas subjetivas (culturais, afetivas, sexuais, espirituais, valores e crenças) e objetivas (transporte, moradia, emprego, qualidade no abastecimento d'água, saneamento básico, etc) de cada pessoa e na ampliação da liberdade que é capacitado a cada um desfrutar.

Sen (2009) contrapõe, ainda, pontos que atestam que o modelo desenvolvimento atual, através da já citada auto-regulação ambiental por mecanismos legais e econômicos, auxiliaria na resolução de problemas socioambientais, mostrando dados que sugerem haver uma correlação inversa, em casos como o da China e Brasil, entre desenvolvimento econômico (representado

pelo Produto Nacional Bruto per capita) e expectativa de vida, sugerindo ter que se levar em consideração atividades econômicas, sociais e políticas, integradas numa multiplicidade de instituições e condições de agente de forma interativa, na formação de componentes essenciais para que se tenha um modelo de desenvolvimento pautado na valorização da liberdade reais que as pessoas, com razão, desfrutam.

Além do mais, este mesmo autor dá um reforço ainda maior à importância das entidades e associações comunitárias quando enfatiza o papel das discussões e debates públicos na formação e utilização de valores sociais, tendo como base liberdades políticas e civis básicas no processo de emergência dos valores sociais.

De acordo com Loureiro & Cunha (2008), a liberdade pode ser entendida como eliminação de limites e necessidades por meio da práxis dos agentes sociais, ou seja, pela ação e conhecimento gerado pelos mesmos, os quais auxiliariam na ampliação das possibilidades pessoais de realização, sem que, para tanto, sofram influência externa, seja do Estado ou qualquer outro agente financiador que venha comprometer a autonomia do grupo social na formação das decisões do grupo, auxiliando a formação de uma prática de cooperação em detrimento da coação.

Entender a liberdade como sendo necessária para a prática ambiental se refere justamente à eliminação destes limites e necessidades sociais, tendo em mente o fato de que vários problemas ambientais urbanos são gerados por condições de marginalização sofrida por parte da população. Como bem informa Layrargues (2002), isto faz com que muitas vezes áreas que deveriam ser mantidas em boas condições ecológicas sejam apropriadas por populações marginais pela absoluta impossibilidade de se utilizarem espaços mais providos de melhores condições urbanas, sendo, portanto, estes sujeitos os primeiros a sofrerem com os impactos ambientais.

De acordo com Belo (2009), esta posição frente à problemática ambiental foge do conceito economicista na medida em que repensa a sustentabilidade a partir da relação entre o centro e periferia nos territórios, a qual reflete a existência de uma desigual concentração de poder político e econômico. E é justamente esta segregação do espaço urbano o que dificulta a participação e a exposição de interesses pelos afetados das decisões, fazendo com que se criem barreiras que tendem a isolar ainda mais a população marginalizada do acesso a serviços urbanos básicos.

Atentar para isto é de extrema importância para países como o Brasil, já que se observa, no mesmo, um distanciamento entre o que é garantido por lei e o que é realmente aplicado, e a presença de um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza da população, favorecendo a existência de pessoas residentes em áreas de risco, como encostas, margens de rios e periferias industriais, fazendo com que a construção de um Brasil sustentável, socialmente justo e ambientalmente seguro deva passar pela superação tanto das dificuldades encontradas por políticas institucionais, como das encontradas na articulação de movimentos sociais voltados à consolidação da cidadania entre segmentos sociais excluídos (BRASIL, 2005).

Conforme o artigo 5º, LXXIII da Constituição Federal de 1988,

Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência

A Lei nº. 4.717/65 regulamenta a Ação Popular, instrumento pelo qual a população pode obter proteção jurídica para defender o meio ambiente em que vive ou qualquer ecossistema ameaçado, fazendo, desta maneira, uso dos atributos conferidos por lei, os quais garantem legitimidade para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios (Artigo 1º da Lei 4.717/65).

De acordo com Layrargues (2002), esta concepção de proteção da natureza pela população vai de encontro ao ideal capitalista de privatização e transformação da natureza em mercadoria, pois, na medida em que legitima a universalização do interesse na proteção ambiental, chamado de interesse difuso, faz com que o meio ambiente seja um bem de uso comum, um patrimônio coletivo em decorrência dos serviços que presta indistintamente a toda humanidade, como a água e o ar limpos, o clima estabilizado, as encostas protegidas, entre outros.

Sirvinskas (2008) reforça esta idéia, informando que, por ser um bem difuso, o meio ambiente não pode ser classificado nem como público nem como privado, sendo, desta maneira, um bem sem titular e insuscetível de divisão, situado numa faixa intermediária entre o público e o privado.

Ainda segundo a Constituição Federal, em seu artigo 225, observa-se que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Desta maneira, temos o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental da pessoa humana, já que está associado ao direito à vida com qualidade, sendo imposto ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo tendo em mente sua utilização pelas presentes e futuras gerações (SIRVINSKAS, 2008).

Entretanto, como bem ressalta Layrargues (2002), no que diz respeito às normas ambientais, estas, na prática, acabam por restringir a utilização dos meios legais à atuação de uma minoria privilegiada, visto que, enquanto o enfoque regulatório dificulta a ação dos atores sociais envolvidos com a vivência ambientalista, ele reforça a utilização do meio ambiente como mercadoria por empresas, a partir do pagamento de quantias irrisórias pelo princípio do poluidor-pagador. Além do mais, observa-se que as ações de co-manejo e gestão participativa se fazem inexpressivas, sendo a população, na maioria das vezes, passiva diante dos interesses coletivos, ou, quando há mobilização, revela-se a existência de interesses particulares na participação e/ou a não distribuição homogênea do manifesto pelos diversos grupos sociais, havendo uma maior expressividade de camadas médias e altas neste tipo de mobilização.

É observada a importância da garantia constitucional à legitimidade da ação judicial de proteção do meio ambiente por parte da sociedade organizada, principalmente no que se refere à população residente em áreas marginais, a qual deve, acima de tudo, participar das decisões tomadas pelas esferas organizacionais do Estado. Desta forma, tem-se que, ao garantir constitucionalmente que as ações sejam atendidas em prol dos interesses da coletividade, isto acaba por auxiliar, ainda, a manutenção da sadia qualidade de vida de todos, haja vista o meio ambiente ser responsável pela promoção do bem estar social, como bem ressaltado no art. 225 da Constituição Federal.

De acordo com a Lei 9.795, art. 5º, da Constituição Federal, a educação ambiental tem como objetivo de garantir a democratização das informações ambientais bem como de incentivar a participação individual e coletiva, já que a

defesa do meio ambiente busca construir uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade.

Desta maneira, sendo a educação ambiental fundamental para fazer emergir conceitos básicos acerca de cidadania e de liberdades políticas e civis, é observado que, em nível nacional, a presença de docentes atuando como lideranças comunitárias, a qualificação profissional dos professores e a formação continuada de docentes têm sido um dos principais fatores que contribuem para a inserção da educação ambiental no ensino formal, sendo ainda ressaltada, no trabalho, a preocupação para o fato da participação ativa da comunidade não ser considerada como um dos fatores que contribuiriam para melhoria da educação ambiental no país e de não se ter preocupação em se fortalecer vínculos da escola com atores envolvidos na gestão da Educação Ambiental fora dela, como comunidade e universidades (BRASIL, 2007).

Ainda de acordo com os mesmos dados, observa-se que, no Nordeste, a presença de livros, jornais e revistas específicas, e a utilização de materiais inovadores e com maior fundamentação teórica, ocupam os primeiros fatores que contribuem para a presença da educação ambiental nas escolas, revelando a necessidade de se investir em tais recursos para o desenvolvimento do entendimento ambiental entre os alunos. Observa-se, também, a forte presença da Educação ambiental nas escolas nordestinas em forma de projetos (72,5%), seguida de temas transversais (37,5%) e em datas e eventos comemorativos (36,25%), apresentando uma baixa porcentagem da educação ambiental em modalidades vinculadas a disciplinas específicas, ao plano político pedagógico da escola, a atividades comunitárias, e como disciplinas especiais.

A baixa interação entre entidades comunitárias e a escola nordestinas é preocupante para o desenvolvimento da educação ambiental nas escolas. Isto porque, de acordo com dados do UNICEF (2009), a participação de organizações não governamentais nas ações complementares à escola tem contribuído para o fortalecimento da educação integral nas mesmas, fazendo com que sejam desenvolvidas novas oportunidades de aprendizado, de ampliação do repertório cultural e de aquisição de informações diversas pelos estudantes, proporcionando, à escola, atender as necessidades da população de maneira mais efetiva.

Desta maneira, tem-se que, devido a necessidade de se ampliar o repertório

cultural dos moradores da Ilha do Bispo, bem como fornecer meios mais eficientes para a aquisição de informação dos moradores, observa-se que a educação ambiental tem também um papel fundamental na construção de uma comunidade mais cidadã e consciente de seu papel na elaboração de ações que garantam a formação de uma sociedade sustentável, pautada em princípios de cooperação e justiça socioambiental.

3. JUSTIFICATIVA

Devido à falta de estudos que relacionem a educação ambiental e a percepção ambiental às organizações comunitárias, e entendendo-se a importância das entidades de bairro na construção de uma sociedade pró-ativa, no que se refere a questões ambientais, observa-se a necessidade de trabalhos que foquem o tema.

Este trabalho remonta sua importância ao fato da Ilha do Bispo ser um dos bairros mais antigos da capital (TINEM, CARVALHO & MARTINS, 2005), tendo sua instauração e ocupação, de acordo com relatos pretéritos de moradores, sido feitas junto a fundação da própria cidade de João Pessoa (KOURY, 2005).

Além do mais, há, entorno desta questão, uma importância biológica, pelo fato do mangue ser considerado um berçário da vida, fundamental para a manutenção de diversos organismos marinhos. É nesse sentido que este trabalho visa evidenciar a educação ambiental como prática fundamental na transformação dos moradores em sujeitos ativos, capazes de se mobilizar e de lutar por melhores condições socioambientais para o bairro.

4. METODOLOGIA

Os instrumentos para coleta de dados foram questionários e entrevistas. Foram realizadas pesquisas sobre o bairro da Ilha do Bispo, e, dentre essas, foram selecionados aquelas que, além de caracterizar a área, funcionassem como indicadores de impacto ambiental, como por exemplo, a presença ou ausência quantitativa de moradias com acesso a saneamento básico, a proximidade de recursos hídricos e o atendimento pelo sistema de coleta de lixo.

Durante a pesquisa, foram aplicados no bairro da Ilha do Bispo, nos meses de março e abril de 2010, entre 13:00 e 18:00, 61 questionários (ver Apêndice A), o equivalente a 1,0% dos habitantes da Ilha do Bispo, segundo dados do IBGE (2010). Os questionários, apresentados seguindo um modelo quali-quantitativo, foram direcionados para moradores que transitavam nas ruas, os quais eram escolhidos de maneira aleatória. Procura-se, desta maneira, obter uma visão descritiva e interpretativa do objeto de estudo, promovendo uma relação mais empática com o objeto de estudo (NEVES, 2011).

De acordo com Merleau-Ponty (1994, apud SILVA, 2006), a fenomenologia, enquanto estudo das essências, ou seja, enquanto estudo do ser e da natureza das coisas, caracteriza-se por ser uma posição filosófica em que recoloca a essência na existência, não pensando que se possa compreender a existência do homem e do mundo que não seja a partir de sua existência como um fato puro, concreto e definitivo.

Tem-se que a fenomenologia se preocupa com o estudo da essência do fenômeno, essência essa que é universal, válida para todos os sujeitos da pesquisa. Desta maneira, a fenomenologia revela o mundo a partir da descrição e interpretação dos fenômenos apresentados à percepção, examinando a relação entre o ser e sua consciência de forma a “capacitar a esta última de conhecimento para referir-se a objetos situados fora de si mesma” (GONÇALVES, 2005).

Tem-se, segundo este método, a análise da realidade a partir do que se percebe dela, não sendo fato puro por ser uma forma de excogitar o espaço. Desta maneira, a análise do mundo a partir da concepção fenomenológica, como bem ressalta Cardim (2007), é resultado sempre das relações pessoais de cada um com o mundo objetivo, concretizando o que podemos chamar de “modos do espaço

objetivo”, ou seja, modos de apreensão do espaço real (espaço objetivo) num contexto de íntima relação com a história perceptiva da pessoa em que se trata.

Este trabalho tem seu enfoque voltado para o estudo da percepção ambiental, uma vez que pretende gerar subsídios, tanto quantitativos como qualitativos, para fundamentar as tomadas de decisões em torno de projetos que visem melhorar a qualidade ambiental na região, favorecendo a definição de prioridades, objetivos, estratégias pedagógicas e de ação para ações ambientalistas na região.

De acordo com Sato (2001, apud FELIZOLA, 2007), é através da percepção ambiental que se tem sobre o meio ambiente que são determinadas ações individuais no campo das relações entre homem e natureza, já que, mediada pelos complexos sistemas sociais, a percepção auxilia na determinação do que é verdadeiro e adequado às circunstâncias locais.

Silva Júnior (2007) reforça este pensamento, informando que esta interação pessoa/ambiente ocorre por meio de signos que estimulam e contribuem na formação de crenças, auxiliando na construção de hábitos que asseguram seus costumes e usos em relação ao meio ambiente.

A percepção ambiental, ao ser posta como um fator originário do social e individual deve ser analisada de forma a fazer entender os processos culturais que favoreçam a formação de signos, crenças e hábitos. Seu estudo, portanto, é de grande auxílio para o direcionamento dos fenômenos de formação do pensamento ambientalista e até mesmo de construção interpretativa do espaço que cerca o indivíduo, como sugere Silva Júnior (2007, p. 19)

Percebe-se que cada indivíduo tem sua interpretação de espaço, de acordo com a realidade que vive. O espaço vivenciado é que será refletido nas percepções. E este parâmetro justifica a necessidade de compreender as ações de cada indivíduo, pois cada um tem uma percepção diferente

Esta visão é corroborada por Peixoto (apud. BONIFÁCIO, 2008), que ressalva ainda ser o principal alvo do estudo da percepção ambiental “os mecanismos e os processos que levam o ser humano a possuir percepções e comportamentos distintos em relação ao meio ambiente”.

5. OBJETIVO

5.1 Objetivo Geral

- Compreender a percepção ambiental, e a percepção acerca da educação ambiental da população da Ilha do Bispo, a partir das relações dos moradores com o meio ambiente;

5.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as relações existentes entre aspectos sócio-econômicos dos moradores (renda familiar, escolaridade) e o entendimento ambiental apresentado neste trabalho;
- Avaliar a relação entre a educação proporcionada por redes de ensino formais (escolas) e informais (proporcionadas pelas organizações de bairro), considerando a possível influência desta relação na formação do pensamento ambiental dos moradores da Ilha do Bispo;
- Apreender a educação ambiental informal em seu mundo vivido.

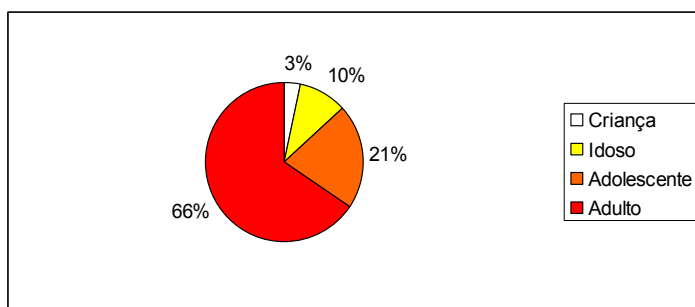
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maior parte dos entrevistados foi de adultos, com idade variando entre 18 e 60 anos incompletos; seguido de adolescentes, com idade entre 12 a 18 anos incompletos; idosos, com idade igual ou superior a 60 anos; e crianças, com idade de até 12 anos incompletos (Gráfico 1).

Além disto, foi observado que 61% dos entrevistados apresentaram de quatro a seis pessoas vivendo dentro de casa, enquanto que 26% apresentavam de uma a três pessoas e 13% acima de seis, chegando até mesmo ser registrada 17 pessoas vivendo em uma casa, sendo constatado, também, que 72% sobrevivem com 1 ou menos de um salário mínimo, apresentando minoria dos entrevistados com salários entre 2 e 4 e acima de quatro (Gráfico 2).

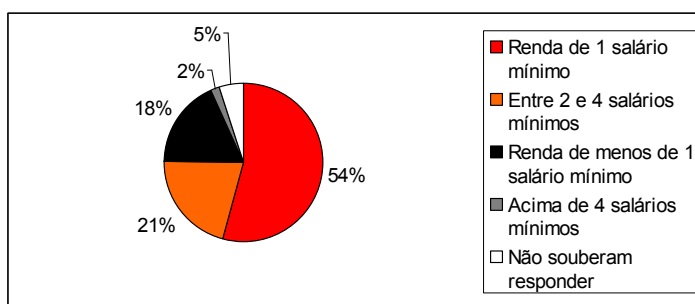
Além do mais, observa-se que mais da metade das habitações do bairro (794 de um total de 1.347 domicílios) se localizam em aglomerados subnormais, apresentando, deste modo, 58,95% das moradias em condições precárias (IBGE, 2010).

Gráfico 1 – Faixa etária dos entrevistados



Fonte: pesquisa direta

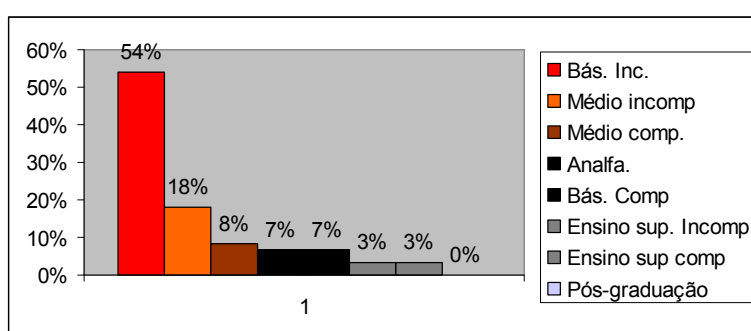
Gráfico 2 – Renda familiar dos entrevistados



Fonte: Pesquisa direta

Observa-se que a grande maioria dos entrevistados (72%) apresenta ensino fundamental incompleto ou médio incompleto, enquanto que 28% são analfabetos ou apresentam escolaridade média completa, básica completa, ensino superior incompleto e ensino superior completo, não sendo evidenciada a presença de pessoas com pós-graduação (Tabela 1), sendo constatada, ainda, a presença de 40% dos familiares dos entrevistados em redes de ensino formal.

Tabela 1 – Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa direta

Esta parte do trabalho faz refletir sobre a pobreza que afeta a população, o que, aliado a baixa escolaridade, serve para evidenciar os processos de exclusão social e marginalização da população da Ilha do Bispo, já que se tem que as condições sociourbanas, entre outros fatores como violência, afetam os valores do Ideb (Índice de desenvolvimento da Educação Básica) de uma região (UNICEF, 2009).

Para os entrevistados, esta pesquisa constatou haver apenas 4% da população satisfeita com o bairro, tendo a maioria das considerações voltadas para problemas ambientais, principalmente no que se refere à infraestrutura do local, ou relativos à violência, com 78% das considerações. De acordo com uma moradora do bairro, as drogas são o principal problema do bairro, pois “onde tem droga, tem violência”, e informa que este problema também está relacionado com a educação familiar, já que “as mães deixam os filhos desde pequenininho não prestando”, afirmando, logo depois, que fica com raiva “desses tipos de mãe que não sabem exemplar seus filhos”. Além do mais, segundo o depoimento de outra moradora, as drogas “tiram a paz das pessoas que moram aqui. Tipo assim, as crianças não podem ficar na rua tarde da noite” e ressalta a insegurança sentida dizendo que “as

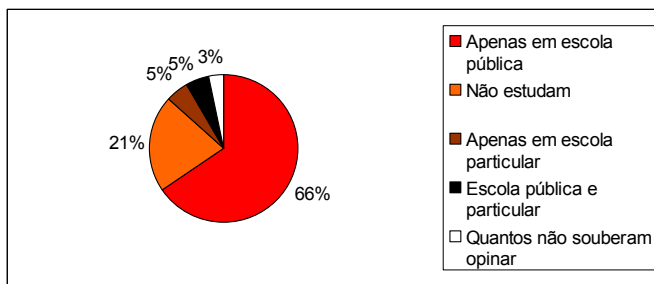
pessoas não sabem quando vai ter tiroteio”.

Observa-se, ainda, que quase a metade da população considera os problemas ambientais como sendo os causadores de maior aflição, com 44% das respostas sobre o tema. A alta consideração acerca de temas como poeira, lixo, poluição, degradação da maré e desmatamento, que são temas ligados à área de meio ambiente, faz refletir sobre a importância de ações ambientais na Ilha, a qual deverá tentar auxiliar tanto na minimização dos danos causados por agentes poluidores como erradicar práticas que contribuam para o aparecimento de problemas do gênero. Desta maneira, foi afirmado por uma moradora que um dos principais problemas enfrentados na Ilha do Bispo se refere à “poluição da CIMPOR, porque prejudica os outros e deixa a casa cheia de poeira”, enquanto que outra afirmou que seria a falta de infraestrutura aquilo que mais a aflige, afirmando que “primeiro porque fizeram a encanação. E está tudo entupido!”.

Jacobi (2003), assim como Rigotto (2002 apud BELO, 2009), ressaltam a importância de se constatar este fato, informando ser a postura reflexiva, acerca desta temática, aquilo que favorece a criação de sentidos sobre a educação ambiental, a qual deve sempre priorizar temas tanto ligados à realidade local como a global, e transformar os cidadão-atores em “recipientes” ativos das forças da modernidade, capazes de denunciar os riscos e fracassos das instituições modernas em controlar os efeitos dos danos ao meio ambiente.

Para que isto ocorra faz-se necessário que se tenham ações sólidas voltadas para educação, fazendo com que tanto a educação formal como a informal foquem numa educação que priorize a qualidade do ensino.

Observou-se, entretanto, que, apesar de serem observados fatores que favoreçam o entendimento de que não é oferecida educação de qualidade na Ilha, conforme visto anteriormente, 48% dos entrevistados afirmou investir ou receber investimentos de alguma quantia em dinheiro de seus familiares para educação escolar, apesar do fato de ter 77% dos entrevistados sobrevivendo com um ou menos que um salário mínimo e 66% terem familiares matriculados só em escolas públicas (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Escolas freqüentadas pelos familiares mais próximos

Fonte: Pesquisa direta

Considerou-se, ainda, o entendimento do que representa, para a população, as atividades educativas realizadas tanto pela associação como pela escola, sendo observada a alta afinidade dos entrevistados pelos processos educativos quando estes valorizam questões éticas, como o respeito para com os outros e valorização da educação familiar no processo de formação do aluno, ou quando estes proporcionam uma maior inserção no mercado de trabalho, favorecendo o ganho de dinheiro e vida estável, sendo estas questões consideradas por 47% dos entrevistados. Foi observado, ainda, que 19% considera a atuação educativa importante por si só ou importante para os jovens e crianças, muitas vezes sendo relacionado o fato de que a educação auxilia para que as mesmas não possam adentrar no crime; 16% observa a importância da educação pelo fato de melhorar a cultura e disciplinar as pessoas, proporcionar aprendizado e informação, e dar instruções sobre educação para com o meio ambiente; 12% com outras considerações; e apenas 6% não souberam opinar sobre o assunto. “Ainda é a melhor coisa a educação”, disse uma moradora, “me arrependo de ter ficado de fora, tão longe. Poderia ter feito algo melhor para mim”. Informa outra entrevistada que não ter conhecimento “é uma coisa muito pesada, uma pessoa sem estrutura de nada. Se eu soubesse ler, escrever, eu fazia algo melhor”.

Além do mais, observa-se ainda a forte ligação entre ensino e valores como respeito, já que, de acordo com uma moradora, quando se pensa em educação

Penso em diálogo. As minhas filhas: não quero elas com preconceito, a não humilhar ninguém, não falar frases que machucam. Nessa faixa etária não pensar em namoro, seguir frases decentes.

Apesar das considerações a respeito do entendimento sobre o que significa educação, a grande maioria dos entrevistados, cerca de 41%, não conseguiram

observar diferenças entre a educação proporcionada pela associação comunitária e pelas escolas públicas e particulares, fato que fez com que não houvesse significativas considerações acerca da diferença entre ambos. Esta parte do trabalho faz refletir sobre como é coordenada a atual atuação comunitária na Ilha, fato que fez com que, apesar de serem observados 33% dos entrevistados participando de atividades comunitárias e 26% dos familiares da casa participando das mesmas, apenas uma pequena parcela dos entrevistados teria noção da importância da associação comunitária frente a outras instituições de ensino e transformação social, como seria o caso da educação proporcionada pela escola.

Desta maneira observa-se que, de acordo com o depoimento de uma entrevistada, “creio que a escola seja mais apropriado para fazer educação”, já que “eles visam muito as coisas, aqueles momentos de merenda, aqueles momentos de intervalo”, enquanto que outra informa que os alunos “viram bicho na escola”, sendo que “na escola é mais desorganizado: os professores vão se adaptando a eles [os alunos] e ficam sem cobrar”.

Entretanto, apesar de não observarem a diferença entre o ensino formal e o informal, pode ser observado que, para a população da Ilha do Bispo, as ações comunitárias são tidas como de muita importância, tendo quase todos os entrevistados (92%) afirmando isto. Esta posição está principalmente relacionada com o fato de tais ações estarem comprometidas com a participação de jovens e idosos em projetos, de acordo com relatos dos moradores, sendo as atividades consideradas boas por promover o desenvolvimento das pessoas e melhorar o lado educacional da comunidade, ou por trazer benefícios financeiros para a comunidade, promover cursos diversos e de profissionalização, pontos relevantes em 43% das considerações. Outros pontos comentados foram o fato das ações proporcionarem diminuição nos índices de violência, criminalidade e prostituição da Ilha ou disseminação de valores como honestidade e respeito entre as pessoas, recebendo 29% das afirmativas a respeito do tema; por promover acesso ao mundo político, com 4%; entre outros, valendo ainda a ressalva de que tiveram apenas 5% das respostas que considerassem não haver importância os trabalhos realizados pelas entidades comunitárias.

De acordo com uma moradora, as ações no bairro são essenciais “porque tira as crianças da rua, que ficam sem fazer nada”, informando também o fato das ações serem importantes “para não se envolver em coisas erradas”, já que, afirma, “o que

reina nesse bairro são as drogas”. Desta maneira, segundo outra moradora, temos que as ações comunitárias são importantes “porque dá mais valor ao bairro, mais atividades para as crianças e para os adultos também, para eles não ficarem soltos por aí”.

Segundo o depoimento de um entrevistado, as organizações comunitárias são importantes “porque dá educação aos outros e ajuda a trabalhar”. Além do mais, observou-se que as associações de bairro são importantes para disseminação de valores, já que, de acordo com uma moradora, as ações são essenciais “para ver se esse pessoal tem um pouquinho mais de educação. Tenho vizinhos que só falam comigo quando precisam”.

A partir dos dados acima, pode-se analisar pontos fortes e fracos das ações da entidade comunitária na Ilha do Bispo. Desta maneira, a aparente alta afinidade dos entrevistados por ações educativas que promovam mudança social, a exemplo das que promovem melhoria das condições financeiras das pessoas, e por ações que visem diminuir os índices de criminalidade seriam encaradas, atualmente, como pontos positivos que mais favorecem a valorização das ações proporcionadas pela entidade comunitária.

Burgos (2002) ressalta a importância destes trabalhos, informando que o enfrentamento realizado pelas lideranças comunitárias a processos que favoreçam a estagnação econômica e favoreçam o aumento da violência urbana nos bairros, além de servir para diminuir a sensação de insegurança por parte dos moradores e proteger o pobre do “abismo da miséria completa”, conferem, à associação comunitária, prestígio e legitimidade ao exercício da autoridade, fazendo com que as lideranças exerçam papel chave na formação de uma identidade coletiva capaz de dar legitimidade à negociação com o espaço público por maior acessibilidade a direitos sociais como saúde educação e urbanização.

Entretanto, ao mesmo tempo em que se observa mobilização comunitária para a resolução de problemas como o combate à violência e miséria dentro do bairro popular, pouco se vê evidenciada acerca da importância da ação comunitária para a formação política e cidadã do indivíduo, bem como para a articulação política conjunta entre as pessoas residentes na Ilha e as entidades comunitárias.

Este fato se vê evidenciado tanto pela falta de respostas que ressaltem a importância das entidades comunitárias para a formação cidadã dos indivíduos como pela pequena participação ativa dos moradores na gestão comunitária da Ilha, já

que, dentre os que responderam participar de atividades na associação dos moradores, apenas 29% disseram auxiliar nas ações proporcionadas e de participar de reuniões da entidade.

No que se refere ao entendimento quanto ao significado da educação ambiental dos moradores da Ilha do Bispo, observou-se que uma parcela dos entrevistados apresentam uma visão mais abrangente da mesma, não situando problemas e valores locais à concepção da mesma. Desta forma, foi observado que 40% das considerações procuraram situar a educação ambiental como sendo importante para preservação de biomas e do meio ambiente, para o Brasil e o mundo ou para cuidar das plantas e dos animais.

Desta maneira, segundo um morador, “eu penso o seguinte: a educação ambiental é tudo de bom, então a pessoa vê que é necessário”, enquanto que outro morador afirma que “penso em minha saúde, limpeza, ar das florestas. Se você desmata, essa quentura é pior!”.

Na outra parcela dos entrevistados, observou que 28% da população situaram a educação ambiental como sendo importante para a conscientização acerca de problemas urbanos existentes no bairro (infra-estrutura, saneamento e poluição do ar), problemas relacionados à água (mais precisamente os referentes às inundações provocadas pelo mangue, como as enchentes), problemas relacionados com o lixo (lixo no mangue, lixo nas ruas da cidade) ou falaram sobre a importância da reciclagem de materiais. Apenas 4% das considerações sobre a necessidade de incentivos por parte do governo e mostrando a educação ambiental como fonte de melhoras na saúde e nutrição das pessoas.

Para algumas pessoas do bairro (10%), observou que a educação ambiental apresenta um papel na promoção do respeito entre os moradores. Nota-se também que, para alguns, as medidas de educação ambiental estavam relacionadas com algumas ações populares já efetivadas no bairro ou na necessidade de assim o serem, como o plantio de árvores, a arte e educação com sucata e o necessário reforço à cultura e saberes do bairro (mais relacionado a cultura da pesca), com 11% das considerações.

Para a Ilha do Bispo, este trabalho observou que a importância da educação ambiental está caracterizada tanto por uma definição mais local, como por uma mais abrangente (global e nacional), não havendo uma predominância significativa de uma visão frente à outra.

A presença de fatores locais, relacionados com o bairro, e de fatores mais globais na definição do que é educação ambiental é de extrema importância, pois pode demonstrar a existência de moradores capazes de pensar localmente e globalmente. Entretanto, foi observado que as definições mais gerais sobre o tema demonstraram uma falta de interesse, por parte de alguns entrevistados, no assunto, principalmente pelo fato de as considerações mais globais terem, em geral, uma conotação mais vaga, não se tratando de fatos e eventos específicos.

Por outro lado, as abordagens trazendo conceitos mais locais foram mais ricas em detalhes, demonstrando haver uma facilidade maior dos moradores em situar a importância da educação ambiental no bairro, atribuindo, muitas vezes, conceitos ambientais a ações, efetivadas ou necessárias de assim o serem, de lideranças comunitárias.

Esta parte do trabalho é reflexo da forte participação dos entrevistados em ações da entidade comunitária, já que, foi observado que 33% dos entrevistados participam de atividades comunitárias e 26% dos familiares da casa participam das mesmas.

Quanto às pessoas que observaram ser a educação ambiental importante na promoção do respeito entre os moradores, este fato acaba por reforçar o que Jacobi (2003) falou sobre a importância da educação ambiental no processo de valorizar a responsabilidade entre as pessoas, o que, aliado ao fato da importância ressaltada a ações do bairro, faz com que, para os moradores, a educação ambiental seja importante não só para se valorizar a responsabilidade entre as pessoas, como também por enfatizar conceitos de solidariedade à busca pela sustentabilidade.

7. CONCLUSÃO

Um dos principais problemas da Ilha do Bispo faz jus à problemática em torno de questões ambientais, principalmente as relacionadas à forma de ocupação, à marginalização sofrida pelo bairro decorrente do processo de urbanização de João Pessoa e à falta de participação conjunta dos agentes comunitários com a população atendida para a formação e execução de projetos na região.

Entretanto, é grande a aceitação, por parte da população, de projetos de caráter educativo, o que faz com que a mesma esteja aberta a possibilidades que visem enriquecer seus conhecimentos e melhorar a forma como se relacionam com o meio ambiente. Isto faz refletir sobre o papel da associação comunitária e ONG nesse processo de intervenção, caracterizada como principal articuladora no processo de melhoria do acesso a informação e desenvolvimento de medidas que minimizem os riscos ambientais na região.

Vê-se, também, que as ações comunitárias tem-se voltado para reforçar uma relação de confiança com a comunidade, já que as mesmas focam na disseminação de valores e promove maior acessibilidade a direitos sociais, apesar de não ter sido constatado, na pesquisa, a presença de uma intervenção participativa realmente efetiva, necessária para criar um sentimento de co-responsabilidade para com a problemática ambiental e favorecer o desenvolvimento político e crítico do cidadão.

Foi observado, também, que há muita necessidade em se trabalhar com a educação ambiental na Ilha do Bispo, visto que a comunidade se manifestou sentir afetado por vários tipos de problemas ambientais, como a poeira, lixo, poluição da maré e desmatamento. Entende-se, desta maneira, que uma ação que reflita a disseminação de um entendimento político entre os moradores se mostra como urgente, na medida em que dá, à população, capacidade de agir e de se mobilizar para resolver problemas no bairro.

O pensamento acerca da educação ambiental na Ilha do Bispo não encontra predominância de aspectos locais em detrimento aos mais globais. Entretanto, ao que se pode observar pela riqueza de detalhes, os moradores apresentaram uma compreensão maior do significado da mesma quando esta se refere a assuntos voltados ao bairro.

O foco dado a questões cabíveis de serem direcionadas pelas lideranças

comunitárias e a relação entre educação ambiental e a promoção do respeito entre as pessoas é um fato que não pode passar despercebido dessa análise, já que demonstra a necessidade de se direcionarem ações que promovam a solidariedade entre os moradores, dentro de um conceito que alie igualdade, justiça social e sustentabilidade, fazendo com que as ações de educação ambiental tenham mais força no bairro quando aliam fatores locais em sua abordagem.

A predominância, por sua vez, de considerações que relacionam a educação ambiental com o entendimento acerca de problemas do bairro ressalta o poder que a educação ambiental tem na eliminação de barreiras e na superação de paradigmas, na medida em que a mesma é capaz de direcionar o posicionamento crítico da população frente a questões que a aflige.

Entretanto, é preocupante o fato das ações de educação ambiental focarem quase que exclusivamente numa abordagem local. Isto porque o engajamento ambientalista faz uso tanto de uma abordagem mais local, como de uma mais abrangente para tornar efetivas suas ações. Com isto, observa-se que há muito ainda por fazer na Ilha do Bispo, principalmente no que se refere à interação entre comunidades e organizações de bairro, mas, apesar disto, é notória a importância das entidades de bairro no desenvolvimento da educação ambiental no bairro.

REFERÊNCIAS

- BELO, Diego Cavalhar. **Degradação ambiental e escassez de recursos: análise comparada das mudanças socio-ambientais ocorridas entre os pescadores dos municípios de São Fidelis e São João da barra após o acidente da Cataguases Papel.** Trabalho de conclusão de curso (graduação em ciências sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goyatacazes, 2009;
- BONIFÁCIO, Kallyne Machado. **Educação ambiental nos olhares de educandos e moradores do Rio Jaguaribe, João Pessoa, Paraíba.** Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA/PB, João Pessoa, 2008;
- BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA.** Ministério do Meio ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005;
- BRASIL. SECAD/MEC. **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?** Organização: Rachel Trajber, Patrícia Ramos Mendonça. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Edições MEC/UNESCO, 2007;
- BRITO, José Benedito de. **A (re)produção espacial da infância na Alto do Mateus João Pessoa – PB: o trabalho doméstico e a reinvenção do lúdico.** Dissertação (mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007;
- BURGOS, Marcelo Baumann. **A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca.** Rio de Janeiro: Loyola, 2002. 250 p.;
- CARDIM, Leandro Neves. **A ambigüidade na fenomenologia da percepção de Maurice Merleau-Ponty.** Tese (Doutorado em Filosofia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007;
- CAVALCANTI, Allyevison Ulisses Alves. **Tendência temporal, espacial e fatores de risco na ocorrência de pneumonia em lactantes de um hospital de referência no município de João Pessoa – PB.** Dissertação (mestrado em Modelos de Decisão e Saúde), Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/CCEN, João Pessoa, 2012.
- CAVALHEIRO, Jeferson de Souza. **Consciência ambiental entre professores e**

alunos da Escola Estadual Básica Dr. Paulo Devanier Lauda. Monografia de especialização (Especialização em Educação ambiental), UFSM/RS, Santa Maria, 2008;

CAZOTO, Juliana Lacorte; TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Construção coletiva de uma trilha ecológica no cerrado: pesquisa participativa em educação ambiental. **In.: Ciênc. educ.**, Bauru, v. 14, n. 3, 2008;

COSTA, Éderson Claudio Vieira da. **Análise das ações voltadas ao desenvolvimento local na Comunidade do Manejo, Município de Lima Duarte, MG.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008;

FELIZOLA, Matheus Pereira Mattos. **Projetos de Educação Ambiental nas escolas municipais de Aracaju/SE.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007;

FUJITA, Camila. **Dilema urbano-ambiental na formação do território brasileiro: desafios ao planejamento urbano no Brasil.** Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008;

GONÇALVES, Márcio Luiz Quaranta. **Educação ambiental e fenomenologia: a contribuição da excursão para as percepções de meio ambiente em estudantes de ensino médio.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2005;

GROSTEIN, Marta Dora. MetrÓpole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 1, jan. 2001;

IBGE. **O Brasil em números.** João Pessoa, IBGE, 2010;

JACOBI, Pedro Roberto. Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas. **Pesq. Educ. Ambient.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, dez. 2007;

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa – Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 118, p. 189-205, março 2003;

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro . Hierarquização e segregação em um bairro popular. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, p. 551-569, 2011;

LAYRARGUES, Phillipe Pomier. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.;

- LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 87-155;
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004, 150 p.;
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 11, n. 2, 2008 ;
- MADRUGA, Ana. Entre os limites naturais do espaço urbano e da marginalização, as condições de vida das comunidades ribeirinhas. **Revista Cadernos do Logepa – Série Texto didático**, Ano 1, Número 1, Jan/Jun 2002;
- PENHA, Cláudia de Oliveira da; et al. Um olhar “de dentro” sobre os aspectos culturais da favela (reflexões dos estudantes universitários de origem popular da UFRJ). In.: SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; SOUZA, Ana Inês (Orgs). **Comunidades populares e universidade: olhares para o outro**. Rio de Janeiro: Coleção Grandes temas do Programa Conexões de Saberes, UFRJ, Pró-reitoria de extensão, 2006;
- PEREIRA, E. M.; FARRAPEIRA, C. M. R.; PINTO, S. L. Percepção e educação ambiental sobre manguezais em escolas públicas da região metropolitana do Recife. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v.17, jul. 2006;
- SANTOS, J. A. S. **Análise dos riscos ambientais relacionados às enchentes e deslizamentos na favela São José, João Pessoa- PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007;
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000;
- SILVA JÚNIOR, E. G. S. **O viver das sobras e o viver do mangue: o caso do lixão do Roger, João Pessoa, PB e seus contrastes sócio-ambientais**. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/ UFPB, 2007, 93 p.;
- SILVA, Cássia Milena Souza da. **A percepção ambiental de moradores de comunidades carentes – a ZEIS Brasilit**. Relatório (prestação de contas à Gerência de Pesquisa e Pós-Graduação e ao Programa Institucional para Concessão de Bolsas de Incentivo a Iniciação Científica), PIBIC/CEFET, Pernambuco, 2006.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2008. 756p.

TINEM, Nelci; CARVALHO, J. L. C. M.; MARTINS, C. G. M. S. Para além da dicotomia Cidade Alta/ Cidade Baixa: um estudo historiográfico da forma urbana em João Pessoa (PB). In: **XI ENCONTRO NACIONAL DE POS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR**, Bahia, 2005; UNICEF. **O Direito de Aprender: Potencializar Avanços e Reduzir Desigualdades - Situação da Infância e da adolescência Brasileira**. Organização: Maria de Salette Silva, Pedro Ivo Alcântara. Brasília: UNICEF, 2009.

BARRETO, Marcos Aurélio C. et al. Caracterização dos principais usos das águas superficiais na área de influência do antigo lixão do roger em João Pessoa – PB. In: **24º CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**, IV-064, Belo Horizonte: ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental), 2007, p. 1-7. Disponível em: <http://www.saneamento.poli.ufri.br/documentos/24CBES/IV-064.pdf>;

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Tenso convívio, sociabilidade, medo, hierarquização e segregação em um bairro popular. **Revista de Antropologia Experimental [on-line]**, Jaén EUR” Andalucía, v. 5, n. 6, 2005. Disponível em: <http://www.ujaen.es/huesped/rae/articulos2005/koury2005.pdf>;

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>. Acesso em: 20 mai 2011.

SANTOS, Elenilde Firmino. **PAC Vale do Sanhauá/ Ilha do Bispo**. Disponível em: http://www.caixamelhorespraticas.com.br/wp-content/uploads/ILHA_DO_BISPO.pdf. Acesso em: 26 out. 2012>.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário

Data: ___/___/___

Hora: _____

Local onde mora (endereço ou área):

Sexo: () F () M

Idade: _____

Profissão: _____

Renda Familiar: () Menos de 1 salário mínimo
 () 1 salário mínimo
 () Entre 2 e 4 salários mínimos
 () Acima de 4 salários mínimos

Quanto a família gasta com educação (escolar) ? R\$ _____

Frequentou a escola? () Sim () Não

Escolaridade:

() Analfabeto () Médio incompleto () Ensino
 () Básico incompleto () Médio completo superior completo
 () Básico completo () Nível médio técnico () Pós graduação
 () Curso profissionalizante () Ensino superior incompleto

1) Quantas pessoas moram na sua casa? _____ Quantos participam de atividades comunitarias?
 _____ Quantos estudam? _____ Em qual escola?

3) O que lhe vem à cabeça quando você/senhor ouve falar em educação?

4) Há alguma diferença entre a educação que se dá na escola e a que se dá na associação? ()
 Sim () Não. Por quê?

5) O senhor participa de alguma atividade na associação de moradores? () Sim () Não. Quais?

6) Você acha importante as ações comunitárias na Ilha? () Sim () Não. Por quê?

7) Você sabe o que é educação ambiental? () Sim () Não

8) Você conhece alguma atividade voltada para a educação ambiental? () Sim () Não.

9) O que você acha sobre atividades voltadas para a educação ambiental? () Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Excelente

10) O que lhe vem à cabeça quando você/senhor ouves falar sobre tais atividades?

11) Você sabe o que são ações ambientalistas? () Sim () Não

12) Você acha que ações ambientalistas podem trazer algum benefício para a comunidade?
() Sim () Não. Por quê?

13) Quais os maiores problemas que a Ilha do Bispo enfrenta?

14) Na sua opinião, qual desses causa maior aflição? Por quê?
